

## ADOÇÃO TARDIA: INVESTIGAÇÃO SOBRE PADRÕES DE RELACIONAMENTO FAMILIAR, COMPORTAMENTO ESCOLAR E SOCIAL <sup>1</sup>

LIDIA NATALIA DOBRIANSKYJ WEBER <sup>2</sup>

CRISTINA LOPES PEREIRA

CLÁUDIA TUCUNDUVA TON

Universidade Federal do Paraná

Para compreender as especificidades associadas à adoção tardia é necessário apresentar informações sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes e as preferências dos candidatos à adoção. A apresentação destes tópicos permitirá vislumbrar com maior clareza o contexto em que está inserida essa prática no Brasil. O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é considerado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) uma medida de proteção excepcional e temporária para aqueles que tiveram seus direitos violados. De acordo com o ECA, a colocação da criança ou adolescente para a adoção é uma medida excepcional e que somente deve ser realizada quando se esgotarem as possibilidades de mantê-los junto à família natural ou à família extensa. O estatuto determina que se a família natural não for capaz de manter os filhos em função de fatores socioeconômicos, este fator isolado não deve determinar a destituição do poder familiar e a família deve ser encaminhada a programas oficiais de auxílio financeiro. Se há outros fatores de risco associados que impedem a permanência ou reintegração da criança com os pais de origem, deve ser considerada a possibilidade de colocá-la sob a responsabilidade de um membro da família extensa, com o qual a criança ou adolescente possua convivência, afinidade e vinculação afetiva.

Dados coletados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 589 abrigos do país indicam que os principais motivos para o abrigamento de crianças e adolescentes são a falta de recursos materiais (24,1%), o abandono dos responsáveis (18,8%), a violência doméstica (11,6%), a dependência química dos responsáveis (11,3%), a vivência de rua (7,0%); a orfandade (5,2%); a prisão dos pais (3,5%) e o abuso sexual (3,3%). Os dados do IPEA apontam que uma parcela significativa de crianças e adolescentes mora em abrigos há mais de dois anos (52,6%), sendo que entre estes, 32,9% já vivia em instituições por um período entre dois e cinco anos na época em que foram coletados os dados; 13,3% já permanecia abrigado entre seis e dez anos e 6,4%, por um período maior que 10 anos. Embora 41,8% das crianças e adolescentes não mantivessem vínculos com a família de origem ou extensa, apenas 10,7% encontrava-se disponível para a adoção (Silva, 2004).

<sup>1</sup> Os dados deste texto fazem parte da Dissertação de Mestrado em Educação (UFPR) da segunda autora (Bolsista CAPES), orientada pela primeira autora.

<sup>2</sup> Lidia N.D. Weber, lidiaw@uol.com.br - Rua José Nicco 360 casa 34 Condomínio Terra da Mata, 81200-300 Curitiba – PR. Fones (41) 3243-0372; 9105-1999

Há uma série de fatores que interferem na agilidade e na eficiência das decisões judiciais relacionadas à reintegração, destituição do poder familiar ou colocação para a adoção, o que, consequentemente, prolonga a permanência de crianças e adolescentes em programas de acolhimento institucional. Entre estes fatores, destacam-se a morosidade do sistema judicial; a comunicação insuficiente entre instituições e Poder Judiciário; a existência de irregularidades processuais nas práticas de abrigo; a sobreposição de competências e a falta de coordenação entre os diferentes profissionais que atuam no âmbito da infância e juventude; a falta de profissionais e recursos em abrigos e nas equipes técnicas do Poder Judiciário para atuar rapidamente na reintegração familiar quando ela é viável; a crença de que a manutenção do filho com sua família de origem ou extensa deve ser tentada persistentemente, mesmo quando a reintegração é arriscada ou pouco provável e, por fim, a descrença de membros de equipes técnicas quanto à possibilidade de adoção de crianças mais velhas, especialmente quando elas chegam à faixa etária entre oito e dez anos (Weber, 1995; Bittencourt, 2010; Nascimento, Lacaz & Alvarenga Filho, 2010; Nascimento, Lacaz & Travassos, 2010; Rosa, Santos, Melo & Souza, 2010; Sasson & Suzuki, 2011).

Algumas alterações importantes foram realizadas recentemente no ECA, entre elas a inclusão de artigos com o objetivo de agilizar as tomadas de decisões quanto à reintegração, destituição ou colocação para a adoção (Lei 12.010 - Brasil 2009). O ECA agora prevê que cada criança ou adolescente em acolhimento institucional deve ter sua situação jurídica reavaliada a cada seis meses por equipes técnicas e que a permanência da criança em instituições não deve exceder o período de dois anos, exceto em casos necessariamente comprovados. Estas mudanças no ECA ainda são recentes demais para avaliar seus efeitos, entretanto, os esforços para tornar mais breve a permanência de crianças e adolescentes em programas de acolhimento institucional são necessários e fundamentais.

A institucionalização apresenta uma série de características negativas que em conjunto acarretam prejuízos para o desenvolvimento infantil. Diferentes pesquisas apontam que as instituições de acolhimento caracterizam-se, em maior ou menor grau, por ausência de tratamento personalizado, expressão de afeto insuficiente, privação de convivência familiar, privação de experiências que permitam o desenvolvimento de autonomia e de competências sociais, uso de estratégias coercitivas e punitivas como forma de disciplina e descontinuidade de vínculos afetivos estabelecidos com cuidadores ou outras crianças, em função da rotatividade de funcionários ou mudança de instituição por causa da idade das crianças e adolescentes (Weber, 1999; Barros & Fiamenghi Jr., 2007; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Oliveira, Weber, Lima & Pereira, 2009; Nascimento *et al.*, 2010; Prada & Weber, ; ).

Há um consenso de que a institucionalização envolve a influência de vários fatores de risco e que a natureza, a quantidade e a intensidade destes fatores, em conjunto, definirão o quão prejudicial esta experiência implicará para o desenvolvimento infantil (Cavalcante *et al.*, 2007). Antes da promulgação do ECA em 1990, as instituições caracterizavam-se por rotinas padronizadas, grande rotatividade de funcionários, espaço físico maior, número elevado de crianças, e ambiente massificante, o qual não permitia o desenvolvimento da individualidade das crianças nem o estabelecimento de relações afetivas entre elas e os cuidadores. Atualmente, as casas-lares são consideradas o modelo mais adequado de acolhimento institucional. Elas diferem das antigas instituições pelo número reduzido de crianças, que são cuidadas por pais sociais, em um ambiente que se assemelha ao de uma família e, portanto, possibilita maior individualidade e vinculação afetiva mais estável (Prada *et al.*, 2006; Prada, Williams & Weber, 2007; Sequeira, 2009). Entretanto, as mudanças culturais nos programas de acolhimento têm ocorrido de forma lenta e ainda muitas existem instituições com características anteriores ao ECA (Rizzini & Rizzini, 2004).

Contudo, é preciso esclarecer que por melhor que seja um abrigo, ele não é, necessariamente, um lar. Assim, qualquer instituição de acolhimento seria incapaz de oferecer a intimidade, a proximidade e a afetuosidade que somente uma convivência familiar poderia proporcionar (Weber & Kossobudzki,

1996; Cavalcante *et al.*, 2007). Para muitas crianças e adolescentes em acolhimento institucional e que estão em condições de serem colocadas em famílias substitutas, a adoção seria a única chance de vivenciar as experiências únicas que uma família pode propiciar. Porém, um fator adicional que pode dificultar a inserção delas em uma família é o desencontro acentuado entre a realidade das crianças disponíveis para a adoção e as preferências das pessoas interessadas em adotar.

As crianças que se encontram disponíveis para a adoção no Brasil possuem características muito distintas da criança idealizada pela qual a maioria dos pretendentes deseja. Os dados coletados pelo IPEA evidenciam que entre as crianças e adolescentes abrigados há uma prevalência de meninos, com a cor de pele negra e na faixa etária entre 7 e 15 anos de idade (Silva, 2004). Entretanto, a criança idealizada pela maioria dos pretendentes, possui características bem distintas das elencadas.

Em relação ao sexo da criança desejada para a adoção, algumas pesquisas nacionais realizadas com pretendentes mostram uma leve preferência pelas meninas (Weber, 1999; Levy & Pinho, 2004; Amim & Menandro, 2007), enquanto outros trabalhos apontam que os pretendentes, na maioria, são indiferentes quanto ao sexo da criança (Vieira, 2003; Mello, Micheletti & Leite, 2005; Weber & Pereira, 2010).

A preferência pela adoção de meninas pode proceder do estereótipo social de que elas são mais fáceis de educar, mais dóceis, carinhosas e companheiras do que os meninos, os quais, por sua vez, são vistos como mais rebeldes, agressivos e menos apegados com a família (Vieira, 2003). Por outro lado, a opção de não escolher o sexo da criança é uma prática mais frequente entre os adotantes que não possuem filhos biológicos (Weber & Pereira, 2010). Para alguns pretendentes, não optar pelo sexo da criança seria uma forma de vivenciar uma experiência similar ao processo de gestação, no qual não é possível escolher, naturalmente, o sexo do filho.

Quanto à cor de pele da criança desejada pelos pretendentes, há uma preferência por crianças brancas (Weber, 1998a; 1999a; Vieira, 2003; Levy & Pinho, 2004; Amim & Menandro, 2007), com exceção de um estudo que encontrou uma porcentagem similar de pretendentes interessados em adotar crianças brancas ou com cor de pele parda clara (Mello *et al.*, 2005). A opção por crianças de cor de pele branca, explica-se pelo fato de que a maioria dos adotantes também possui esta cor de pele (Coimbra, 2005) e deseja adotar uma criança que tenha uma cor de pele similar a deles. Amim e Menandro (2007) indicam que se a criança apresenta a cor de pele próxima a, pelo menos, um dos pais adotivos, existe a possibilidade de simular para a sociedade uma paternidade biológica. Muitos casais brancos justificam a recusa pela adoção de crianças negras com o argumento de que a sociedade é preconceituosa e que a criança sofreria discriminação e dificuldades na socialização, mas não consideram a própria atitude como reforçadora de preconceitos (Almeida & Resende, 2006).

Costa e Campos (2003, p. 223) constataram que, para os adotantes, a busca por semelhanças físicas é um aspecto relevante no estabelecimento de vínculos afetivos entre a criança e os pais adotivos: "(...) para algumas famílias, a questão da semelhança física é fundamental para o exercício adequado da parentalidade e para a construção do vínculo e/ou desenvolvimento do sentimento de amor para com a criança". Na opinião das autoras, as similaridades físicas entre pais e a criança reforçam um vínculo de parentalidade que poderia estar ameaçado pela ausência de laços biológicos.

Em relação à idade da criança desejada para a adoção, há uma preferência clara pelas crianças mais novas. Alguns pretendentes aceitam adotar crianças até três anos de idade, mas a maioria deseja adotar crianças com menos de dois anos, preferencialmente, aquelas com até um ano de idade (Weber, 1998a; 1999a; Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008; WEBER). Um dos motivos que explicam a preferência por crianças mais novas é o fato de a maioria dos pretendentes não possuir filhos biológicos, o que os faz valorizar, significativamente, a adoção de bebês com o objetivo de vivenciar a paternidade e o desenvolvimento da criança em todas as suas fases (Camargo, 2005b; Brind, 2008; Sasson & Suzuli, 2011). Vieira (2004) constatou que casais que já têm filhos, sejam eles biológicos ou adotivos, são mais abertos a respeito da adoção tardia.

Os adotantes temem a adoção tardia por acreditarem que a adaptação, a vinculação afetiva e a educação de uma criança mais velha seriam muito mais complexas ou desafiadoras (EBRAHIM, 2001a; CAMARGO 2005a; BRIND, 2008). Camargo (2005a) e Brind (2008) destacam o desejo que os adotantes têm de influenciar e “moldar” o seu filho adotivo, conforme os seus princípios e valores próprios. Entretanto, muitos compartilham a crença de que a personalidade infantil se desenvolve precocemente e que ela é imutável, portanto, neste contexto, a adoção tardia seria problemática porque a modificação de comportamentos e hábitos adquiridos pela criança seria muito mais difícil ou até improvável. Além disso, Vargas (1998) menciona que os adotantes temem que as vivências adversas do passado tenham afetado a criança definitivamente e que ela não irá superar estas experiências, independente da quantidade de cuidados e afeto recebidos.

Amostras de pesquisas nacionais, compostas por conveniência, com pais adotivos sugerem que uma pequena percentagem constitui-se de pessoas que realizaram adoções tardias. Weber (2001) em uma amostra de 240 pais constatou uma incidência de 14,8% de pais que adotaram crianças com idade acima de dois anos; Schettini (2007) encontrou uma percentagem de 16,0% em uma amostra de 200 pais adotivos e Weber e Pereira (2009) encontraram uma percentagem de 22,0% em um estudo composto por 203 pais adotivos.

Ebrahim (2001a) em uma amostra de famílias que comparava adotantes que realizaram adoções convencionais e tardias verificou que aqueles que realizaram adoções tardias tinham idade média mais alta, nível socioeconômico mais elevado, maior frequência de filhos biológicos, maior frequência de pessoas solteiras (apesar de em ambas as amostragens os adotantes casados fossem predominantes), além de maturidade e estabilidade emocional elevada.

A decisão de adotar uma criança mais velha está, muitas vezes, relacionada a uma visão mais altruísta da adoção. Geralmente, valores solidários e religiosos são indicados como motivação para a adoção entre estes adotantes (Dias, Silva & Fonseca, 2008).

O objetivo desta pesquisa foi analisar a percepção e o relato de pais que realizaram adoções tardias sobre aspectos afetivos e comportamentais e sua relação com a percepção dos pais sobre competências parentais e vínculos estabelecidos com a criança adotada.

## MÉTODO

**Participantes:** 50 pais que realizaram adoções tardias, de ambos os sexos, com idades entre 26 e 62 anos (média de idade: 40,14). Dentre estes participantes, 45 são mulheres (90,0%) e 5 são homens (10,0%). Foram utilizados os seguintes critérios para inclusão dos participantes na pesquisa: As crianças adotadas a partir dos dois anos de idade deveriam estar na faixa etária entre cinco e dezessete anos no momento da entrevista e a convivência entre pais e filho deveria ter iniciado há seis meses, no mínimo. Nos casos em que os pais tenham adotado mais de uma criança a partir dos dois anos de idade, foi solicitado que o pai respondesse o questionário sobre a adoção mais recente. Se a adoção envolvesse um grupo de irmãos, foi solicitado que o participante respondesse as questões pensando no filho mais velho. Foi empregada uma amostragem não-probabilística, constituída por conveniência. O contato com os pais adotivos foi realizado por meio de comunidades no *Orkut*, lista de discussões da ANGAAD (Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção) e da rede social *Facebook*. Nos sites de relacionamentos, os adotantes foram identificados por meio de depoimentos em comunidades e páginas sobre adoção.

**Instrumentos:** Um questionário elaborado para esta pesquisa com 40 perguntas abertas e fechadas sobre dados demográficos e vida familiar. Três outros instrumentos foram utilizados: 1) Subescala de Comportamentos Problemáticos (Grescham & Elliot, 1990) tem o objetivo de investigar a frequência de competências sociais e problemas de comportamento, de acordo com o relato de pais, professores e da criança. O instrumento foi validado para a população brasileira por Bandeira, Del Prette, Del Prette

e Magalhães (2009). Este instrumento foi avaliado pelo Alfa de Cronbach e apresentou consistência interna satisfatória ( $\alpha=0,86$ ). 2) Escala de Senso de Competência Parental (Gibaud-Wallston & Wanderson, 1978), a qual foi traduzida para o português para esta pesquisa. O instrumento avalia a percepção dos pais quanto à eficácia e satisfação com as funções parentais. Esta escala foi avaliada pelo Alfa de Cronbach e apresentou consistência interna satisfatória ( $\alpha=0,72$ ). 3) Inventário de Vinculação Afetiva na Infância e Adolescência (Carvalho, 2007) teve sua escrita adaptada para o português brasileiro para a utilização neste estudo. O inventário investiga comportamentos de vinculação interpessoal estabelecidos pela criança ou adolescente, de acordo com o relato dos pais e do filho (seguro, inseguro evitante e inseguro ambivalente). Na presente pesquisa, foi utilizado apenas o instrumento direcionado aos pais, pelo Alfa de Cronbach, com índices de 0,81, 0,73 e 0,86, respectivamente.

Procedimento: A coleta em grupos virtuais de apoio à adoção foi realizada por meio do *Orkut* e *Facebook*. Primeiramente, foram identificadas comunidades e páginas sobre adoção e famílias adotivas nestes sites de relacionamentos. Posteriormente, foram pesquisados, pais que tinham o perfil desejado neste estudo. Estes pais foram convidados a participar da pesquisa por meio de um recado particular ou *scrap*. Os participantes que aceitaram participar da pesquisa responderam a um questionário virtual elaborado por meio do site *Questionpro* (). Os participantes que responderam a pesquisa por meio do site só tiveram acesso ao questionário, depois de lerem o termo de consentimento e concordarem com ele.

Análise de dados: A análise dos dados das questões fechadas e das escalas foi realizada por meio do programa de estatística SPSS (*Statistical Package for the Social Science*), versão 15.0. Os dados foram analisados por meio de medidas descritivas (porcentagens e médias) e pela investigação de relações significativas estatisticamente entre as variáveis de estudo. Por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov, foi avaliada a normalidade das variáveis, confirmando distribuição normal ( $p>0,05$ ) para os escores de vinculação ambivalente, comportamentos externalizados, hiperatividade, problemas de comportamento (geral), satisfação, eficácia e competência parental (geral). Os testes estatísticos utilizados foram o Teste t para amostras independentes, Qui-Quadrado, One-way Anova com teste *post-hoc* Tukey e Correlação de Pearson. O nível de significância adotado para os testes foi de  $p<0,05$ .

A análise das respostas abertas foi realizada ao fim da coleta de dados baseando-se na categorização por equivalência semântica de conteúdo. A categorização dos dados levou em consideração os tópicos destacados na revisão de literatura e os objetivos da pesquisa. Neste estudo, o comportamento que é foco de análise é o relato verbal dos participantes. Para categorizar eventos comportamentais, é fundamental uma descrição concisa das variáveis e a operacionalização dos eventos, conforme uma determinada dimensão comportamental.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre a caracterização dos adotantes desta pesquisa, há uma predominância de pais com formação universitária completa (70%) ou incompleta (10%). Este dado sugere que os pais que realizam adoções tardias tendem a apresentar maior escolaridade e, possivelmente, um nível socioeconômico mais elevado. Esta hipótese estaria em consonância com os dados encontrados por Ebrahim (2001a) que verificou uma nível socioeconômico mais alto entre pais adotaram crianças maiores.

Os dados indicam que a maioria dos participantes segue a religião católica (36%). O gráfico evidencia também uma grande quantidade de adotantes que praticam a religião espírita (26%), proporção maior do que aqueles que se definem como protestantes (20%). É interessante comparar as proporções destas religiões na população brasileira. Dados do Censo Demográfico de 2000 mostram que 73,8% dos brasileiros seguem a religião católica, 16,2% seguem as religiões protestantes e apenas 1,3% consideram-se espíritas ou kardecistas (Fonte: FGV, 2012). Estes dados permitem sugerir que os indivíduos que seguem as religiões espíritas adotam em uma proporção muito superior aos seguidores de outras orientações religiosas.

Há uma predominância de adoções biparentais nesta amostra, índice que alcança 78%, ao somar os participantes casados (70%) e os que mantêm união estável (8%). Por outro lado, as adoções monoparentais somam 22% ao reunir adotantes solteiros e separados. Para Ebrahim (2001a), os adotantes de crianças maiores apresentam com maior frequência um estado civil diferenciado. Embora a maioria dos adotantes de bebês ou crianças maiores sejam casados, há uma proporção maior de indivíduos solteiros que realizam adoções tardias quando comparados à porcentagem de solteiros que adotam bebês.

A maioria dos pais adotivos tem cor de pele branca, o que corrobora a observação feita por Coimbra (2005). Uma pequena proporção de pais apresenta cor de pele parda, mulata ou negra, cerca de 18% dos pais e 10% das mães. Foi solicitado aos participantes que indicassem a sua própria cor de pele e no item seguinte, a cor de pele do seu cônjuge. Para aqueles que realizaram adoções monoparentais, era possível escolher uma opção que indicasse que a criança não tinha mãe ou pai adotivo, o que fosse coerente com a situação em particular. Os dados revelam que em 14% dos casos houve a ocorrência de adoção monoparental feminina e em 6% dos casos, adoções monoparentais masculinas. Adoções realizadas por homens solteiros ainda são incomuns, mas o fato desde dado ser encontrado, mesmo em uma amostra pequena como a dessa pesquisa, reforça as observações de Ebrahim (2001a) sobre a ocorrência de um estado civil mais diferenciado entre os adotantes de crianças mais velhas.

A maioria dos pais adotivos não tem nenhum filho genético (72%). Embora os participantes não tenham sido questionados nesta pesquisa sobre os motivos que os levaram a adotar, este dado pode indicar uma motivação diferente entre pais com maior e menor escolaridade. No Brasil, a principal motivação para adotar é a infertilidade. É possível que os adotantes com menor escolaridade e que possuem filhos biológicos adotem baseando-se em motivos altruístas, uma motivação mais associada às adoções diferenciadas, como é o caso das adoções tardias (Ebrahim, 2001a; Dias, *et al.*, 2008). Por outro lado, o fato dos pais com ensino superior terem, com menor frequência, filhos biológicos pode indicar que estes participantes optaram pela adoção como forma de parentalidade por impossibilidade biológica, o que seria coerente com esta que é, de fato, a motivação mais frequente no país. Entretanto, uma segunda possibilidade é que os adotantes com escolaridade superior têm com menor frequência filhos biológicos porque desejam exercer a parentalidade, mas valorizam menos a filiação biológica.

A maior parcela dos pais adotou apenas uma criança (54%). Em 34% dos casos foram adotadas duas crianças e em 12% deles foram adotadas três ou mais crianças. Os pais que adotaram mais de um filho, não necessariamente realizaram adoções simultâneas envolvendo grupos de irmãos, pois este item questionava quantos filhos adotivos os pais tinham ao todo.

A idade das crianças no momento da guarda inicial está dividida em três faixas: 32% adotaram crianças entre 2 e 4 anos; 38% entre 5 e 8 anos e 30% acima de 8 anos. A média de idade que as crianças tinham quando foram morar com os pais adotivos era de 6,4. As crianças adotadas com mais idade tinham 10 (n=9) ou 11 anos (n=3) quando a convivência com a família adotiva foi iniciada. Profissionais que trabalham com adoção consideram difícil a adoção de crianças na faixa etária entre 8 e 10 anos (Rosa, *et al.*, 2010; Sasson & Suzuki, 2011). A partir dos dez anos de idade, torna-se ainda mais desafiadora a tarefa de encontrar adotantes dispostos a adotar um pré-adolescente ou até mesmo um adolescente. Não foi encontrada relação significativa entre a idade que a criança foi adotada e a escolaridade dos pais ( $t=0,04$ ;  $p>0,05$ ), estado civil ( $t=0,04$ ;  $p>0,05$ ), religião ( $F=1,44$ ;  $p>0,05$ ) ou presença de filhos biológicos ( $t=-0,25$ ;  $p>0,05$ ).

Sobre cor da pele da criança, há uma predominância de crianças adotadas com cor de pele parda ou mulata (48%). As crianças brancas, geralmente, preferidas pelos pretendentes à adoção aparecem numa quantidade intermediária de 30% e as com cor de pele preta correspondem a 22% dos casos. Ao comparar a cor de pele da criança com as dos pais, verificou-se uma ocorrência de 55% de adoções inter-raciais e de 45% de adoções intra-raciais. Foi considerada uma adoção inter-racial quando a

criança possuía cor de pele diferente de ambos os pais e adoção intra-racial quando a criança possuía cor de pele semelhante a pelo menos um dos pais. Encontrar uma maioria de adoções inter-raciais em uma amostra de pais que realizaram adoções tardias é um dado muito significativo. Por um lado, pode parecer coerente, pois dados do IPEA indicam que a maioria das crianças que estão em programas de acolhimento institucional apresentam idade mais elevada e cor pele parda ou negra. Por outro lado, a quantidade mais alta de adoções inter-raciais, encontrada na presente pesquisa, pode indicar uma notável flexibilidade entre as pessoas que escolhem adotar uma criança mais velha.

Os pais desta pesquisa optaram por exercer a parentalidade de uma criança adotada a partir dos dois anos de idade, uma prática cultural pouco frequente, pois as pessoas, geralmente, estão acostumadas a serem pais e mães de bebês e muitas podem achar desafiador criar uma relação de filiação com uma criança mais velha (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007). Neste contexto, o fato de a maioria dos pais ter adotado uma criança com cor de pele distinta da sua representa, assim, a superação de um segundo obstáculo e seria um segundo indicativo da flexibilidade que estes adotantes apresentam. A semelhança física com a criança adotada é algo desejado por muitos candidatos à adoção. Costa e Campos (2003) sustentam que para os pais adotivos a semelhança física é um aspecto importante no estabelecimento de vinculação afetiva com a criança. A adoção de uma criança com cor de pele próxima a dos adotantes também ajudaria na tentativa de não deixar tão evidente a adoção e, portanto, simular uma parentalidade biológica.

Para a maioria dos pais adotivos desta amostra a semelhança física e a possibilidade de “ocultar” a adoção não foram aspectos significativos na adoção dos seus filhos. Não foi encontrada relação significativa entre adoção intra e inter-racial a escolaridade dos pais ( $\chi^2=0,13$ ;  $gl=1$ ;  $p>0,05$ ), estado civil ( $\chi^2=2,01$ ;  $gl=1$ ;  $p>0,05$ ), religião ( $\chi^2=5,19$ ;  $gl=3$ ;  $p>0,05$ ) ou presença de filhos biológicos ( $\chi^2=0,20$ ;  $gl=1$ ;  $p>0,05$ ).

As famílias responderam uma questão sobre a quantidade de tempo em que os seus filhos viveram em programas de acolhimento institucional. A maior parte das crianças viveu por três anos em uma instituição de acolhimento (28%). Em seguida, há uma quantidade semelhante de crianças que passaram dois anos e mais de quatro anos em um abrigo, nos dois casos, a porcentagem é de 16%. Somando os casos de crianças que passaram por abrigamento em um período de tempo inferior ou até dois anos, resulta uma porcentagem de 38%. Embora dois anos seja uma quantidade de tempo bastante considerável, especialmente para uma criança, ele ainda seria considerado um limite jurídico aceitável. Porém, ao verificar a porcentagem de criança que viveram além de dois anos em um abrigo, chega-se a uma porcentagem de 56% dos casos, um dado alarmante, porém, habitual conforme um levantamento realizado pelo IPEA em abrigos de todo o país. Há casos de crianças, nesta amostra, que viveram mais da metade de suas vidas afastadas do convívio familiar. Há casos de crianças que passaram 7, 8 e 10 anos de suas vidas morando em instituições que, conforme os princípios elencados pelo ECA, deveriam possuir uma natureza provisória e excepcional.

Os motivos para o afastamento da criança de sua família biológica foram também questionados aos pais, sendo os mais mencionados, em ordem decrescente, a negligência, o uso de drogas pelos pais biológicos, a pobreza e a violência doméstica.

Os participantes foram questionados sobre como ocorreu a formação de laços afetivos com o seu filho. Uma porcentagem levemente maior declarou que o processo aconteceu de forma rápida ou mais fácil do que eles esperavam (32%). Alguns pais relataram ainda a experiência de uma vinculação “instantânea” ou “imediate” ao conhecer a criança: *“Amor à primeira vista”*; *“O amor foi imediato, não consigo explicar. Até esqueço que houve adoção, ela se apegou muito rápido e eu também”*; *“Quase que imediato, o amor nasceu instantâneo, menos de um mês me chamava de mãe, ela tem muito da minha personalidade, tenho certeza que tivemos ligações em vidas passadas”*; *“Praticamente imediato. Fomos chamados pra conhecer uma criança de cinco anos e nos apaixonamos por nosso filho”*; *“Parece que eles sempre fizeram parte de nossa família e que o vínculo afetivo entre nós sempre existiu. Inexplicável”*. O

relato de uma vinculação “imediate” com o filho adotivo costuma ocorrer em relatos de alguns pais adotivos, assim como na experiência de certo número de pais biológicos. Entretanto, ela não deve ser considerada norma, tanto pais adotivos quanto biológicos podem não desenvolver esta vinculação “instantânea” (Miller, 2005). Muitos pais precisam de mais tempo e convivência para desenvolver uma relação de afeto, dado que se confirma com a resposta dos demais participantes sobre esta questão.

Outros pais descreveram uma vinculação que se estabeleceu de maneira gradual (30%). Estes pais não citaram nenhuma dificuldade específica e responderam terem se vinculado aos seus filhos de forma tranquila, onde os laços afetivos foram se estreitando com o passar do tempo: *“Ao encontrar meu filho pela primeira vez, o sentimento imediato foi de solidariedade, em virtude de sua história bastante sofrida, além de seu estado físico, que evidentemente inspirava muitos cuidados. Com o passar do tempo, a solidariedade deu lugar à empatia e a convivência trouxe, por fim, o amor mais bonito que já experimentei”*; *“O amor foi crescendo a cada dia. Meu coração batia mais forte só em pensar que ele ia ser meu filho”*.

Por fim, alguns pais descreveram um processo de vinculação mais lento (26%). Em alguns relatos, houve menções de dificuldades da criança ou dos próprios pais: *“Sentia um estranhamento com a presença daquela criança mais velha, por mais que eu pensasse estar preparada”*; *“Foi e ainda é difícil, devido ao abandono é difícil para ele fazer vínculos fortes, e ainda por ele ter mágoa da figura materna”*; *“Foi lento, pois minha filha tinha muitas dificuldades de se entregar afetivamente. No entanto, se sentiu mais a vontade comigo. Respeitei o tempo dela, nunca forçava nada, mas sempre deixava entender que queria um carinho dela. Comemorava cada ato de carinho que ela fazia mesmo que involuntário”*. Na categoria ‘Outros’ (12%) foram agrupadas as respostas de pais que descreveram algumas etapas do processo de adoção ou outros aspectos do relacionamento, mas não responderam, especificamente, sobre o processo de vinculação afetiva.

Verificou-se que o tempo necessário para a vinculação afetiva não está relacionado com a conclusão do processo de adoção ( $\chi^2=5,33$ ; gl=3;  $p>0,05$ ) nem com a experiência de tentativas anteriores de adoção que a criança passou ( $\chi^2=5,57$ ; gl=6;  $p>0,05$ ). A falta de relação entre o processo de vinculação afetiva, conforme o relato dos pais, e as experiências malsucedidas da adoção é um dado muito positivo, principalmente, diante das circunstâncias extremamente dolorosas que algumas crianças foram expostas. Este dado sugere que muitas crianças são capazes de se vincularem afetivamente, mesmo após passar por uma decepção tão significativa, como é o caso de vivenciar uma devolução.

Os participantes foram perguntados se ocorreram dificuldades no relacionamento afetivo com o filho. Ao serem questionados diretamente, 66% dos pais declarou que a vinculação afetiva com o filho ocorreu sem dificuldades, enquanto 34% dos participantes confirmou a existência de problemas na construção de vínculos com o filho. Não foi encontrada relação estatisticamente significativa entre dificuldades de vinculação e o tempo que a criança ficou abrigada ( $t=-0,13$ ;  $p>0,05$ ), a idade em que foi adotada ( $t=0,742$ ;  $p>0,05$ ) e as experiências anteriores de adoção ( $\chi^2=0,92$ ; gl=1;  $p>0,05$ ). Os dados de alguns estudos sugerem que a idade de adoção e a quantidade de tempo que a criança ficou institucionalizada não afetam a qualidade da vinculação afetiva estabelecida com os pais adotivos (Rushton *et al.*, 2003; Judge, 2004; Veríssimo & Salvaterra, 2006; Niemann, 2010). A ausência de uma relação significativa na investigação destas variáveis pode indicar para a existência de características de resiliência entre algumas crianças e também para os efeitos reparadores que advêm da adoção, mesmo sob condições consideradas, geralmente, desfavoráveis, como é, por exemplo, passar por uma experiência malsucedida de adoção.

Os pais responderam também questões específicas sobre o relacionamento com o filho como, por exemplo, em quanto tempo a criança passou a chamá-los de mãe ou pai.

A maioria dos pais afirmou que o tratamento de “pai” e “mãe” ocorreu imediatamente no primeiro contato com a criança (38%): *“Desde o primeiro momento, ela ainda estava abrigada e já nos chamava de pai e mãe”*; *“Imediatamente, desde o primeiro dia que chegou em minha casa, sempre me chama de papai”*; *“Durante o período de abrigamento isso já acontecia, foi algo natural pelo vínculo criado”*.

Em algumas famílias, este tratamento ocorreu no primeiro mês (20%) e em outras entre dois e quatro meses de convivência: *“Não foi imposto esse chamamento, como tinha muitas cuidadoras, muitas tias no abrigo ele no começo se enrolava um pouco, chamava ora de tia, depois se consertava e falava mãe. Acho que sem fazer a troca uns dois meses ou menos”; “Uns 4 meses, antes ela me chamava de ‘ô’ depois de tia”.*

Os pais foram questionados a respeito de quais foram as maiores dificuldades no início da convivência familiar. O aspecto mais citado foi a dificuldade para impor regras e limites ao filho: *“Ela saiu de um abrigo cheio de crianças onde não existia regras, ou pelo menos ela não as cumpria, e foi para uma casa sem crianças e com regras”; “Não respeitava e nem obedecia a mim e nem na escola, pois não conhecia o que era uma estrutura familiar”; “A resistência em se submeter a regras e limites, a respeitar e reconhecer a nossa autoridade de pais”.* A aceitação de regras e limites também foram citadas por outras pesquisas como uma das dificuldades mencionadas pelos pais que adotam crianças mais velhas. Orientações sobre práticas educativas autoritativas, durante o curso de preparação para a adoção, poderiam ajudar as famílias a lidarem com dificuldades na imposição de regras e limites. O emprego de práticas parentais autoritativas, que conjugam alto envolvimento e monitoria, são consideradas importantes na qualidade de interação familiar e também podem ajudar no estabelecimento de laços afetivos entre a criança e seus pais (Bartel, 2006; Roberson, 2006; Rees, 2008; Rijk, 2008; Weber, 2011). Estruturar a rotina do filho com regras claras e consistentes e expressar afeto constante são práticas autoritativas que podem tornar a convivência familiar menos áspera durante o período inicial do relacionamento entre a criança e seus pais. A consistência dos pais, mesmo diante de comportamentos de desobediência e oposição é necessária, pois tais comportamentos da criança podem representar uma forma de avaliar a permanência e a estabilidade do novo relacionamento com os pais. Um exemplo disto está no relato de uma participante desta pesquisa: *“Nosso filho nos testava o tempo todo, queria se certificar o quanto nós o amávamos e estaríamos dispostos a permanecer com ele, não importa o que fizesse. Aprontou bastante, mas nunca sentimos rejeição dele por nós, sabíamos que nos atingia por medo de ser abandonado ou ‘devolvido’ novamente”.*

Os dados do Inventário de Vinculação Afetiva na Infância e Adolescência foram analisados e cruzados com outras variáveis. Foi definido um padrão de vinculação predominante para cada filho, de acordo com o relato dos pais de como ele tende a interagir em relacionamentos interpessoais.

O padrão seguro é caracterizado pelo conforto e confiança ao interagir com outras pessoas. Neste padrão, o filho confia que os outros estarão por perto quando ele precisar e sente-se bem com demonstrações de afeto. O padrão evitante é caracterizado pela dificuldade para confiar no outros e no desconforto ou esquiva de expressar sentimentos ou dependência. O padrão ambivalente caracteriza-se, principalmente, pela preocupação de ser abandonado e rejeitado pelos outros.

Os dados mostram que a grande maioria dos filhos está categorizado com o estilo seguro de vinculação (78%). O estilo evitante teve uma incidência de 12% e o ambivalente uma frequência de 10%. Embora não seja possível analisar qual era o estilo de interação afetiva da criança antes da adoção, é importante mencionar que várias pesquisas apontam que a adoção ajuda consideravelmente no desenvolvimento de padrões de vínculos seguros, principalmente, quando as crianças adotadas são comparadas com aquelas que vivem em instituições de acolhimento (Van Ijzendoorn & Jeffer, 2006; Barone & Lionetti, 2011).

Berthoud (1997), em uma pesquisa nacional que envolvia observação da interação de mães com filhos adotados bebês e com mais idade, verificou uma incidência de 80% de vinculação segura entre a mãe e as crianças. Embora o método e a população utilizados nesta presente pesquisa sejam distintos, o índice de padrão de vinculação seguro encontrado é próximo ao valor encontrado pela autora em seu estudo. O dado mais divergente é o de vínculo ambivalente, onde nesta pesquisa foi encontrado o dobro de crianças categorizadas com estilo ambivalente quando comparado aos dados de Berthoud.

Foi investigada a relação estatística entre os diferentes estilos de vinculação, os escores obtidos pelos filhos em cada uma dos padrões com variáveis associadas aos pais, à criança, e à adoção.

Foi encontrada uma relação entre problemas de saúde na época da adoção e os diferentes estilos de vinculação ( $\chi^2=7,88$ ;  $gl=2$ ;  $p=0,01$ ). Há uma porcentagem maior de filhos classificados com o estilo seguro entre aqueles que apresentavam problemas de saúde. Entre os filhos que eram saudáveis há uma proporção considerável de filhos com estilo evitante (24%) e uma quantidade reduzida de crianças com estilo ambivalente (4%). Entre as famílias que adotaram crianças com problemas de saúde há uma proporção maior de filhos com padrão de vinculação segura e nenhum caso de vinculação evitante. Uma hipótese para este dado é que estas crianças adotadas tenham recebido maiores cuidados e atenção no início da convivência em função do seu estado de saúde e que isto favoreceu a vinculação afetiva entre estes filhos e seus pais.

Também foi encontrada uma relação entre os estilos de vinculação e as dificuldades no relacionamento afetivo, conforme o relato dos pais ( $\chi^2=9,27$ ,  $gl=2$ ,  $p=0,01$ ). Entre os participantes que não relataram dificuldades no estabelecimento de vínculos com o filho, há uma proporção majoritária de crianças classificadas com o estilo seguro (91%). Entre aqueles que apresentaram dificuldades no relacionamento afetivo com a criança, há uma proporção menor de crianças com o padrão seguro (52%) e uma quantidade significativa de crianças com os estilos evitante e ambivalente ( $\chi^2=9,27$ ;  $gl=2$ ;  $p=0,01$ ).

Não foram observadas relações estatisticamente significativas ( $p>0,05$ ) entre os diferentes estilos de vinculação afetiva e o fato de o processo de adoção estar ou não concluído, a presença de filhos biológicos, o tipo de adoção intra o inter-racial, a quantidade de tempo que o filho permaneceu em instituições, a adoção de grupos de irmãos, o sexo do filho adotado e a experiência de tentativas anteriores de adoção.

Embora Costa e Campos (2003) sugiram que a semelhança física entre a criança adotada e seus pais seja importante para a construção de vínculo em algumas famílias, os dados encontrados nesta pesquisa são coerentes com os encontrados por outros pesquisadores, que apontam não existir relação entre vinculação afetiva e as adoções intra e inter-raciais (Rushton *et al.*, 2003; Almeida & Resende, 2006; Van Den Dries, *et al.*, 2009).

Foram analisados também os escores que os filhos alcançaram em cada padrão de vínculo e sua relação com os motivos pelos quais as crianças foram afastadas do convívio com a família biológica. Verificou-se que entre as crianças que foram vítimas de violência sexual um escore mais baixo de vinculação segura ( $t=2,88$ ;  $p=0,02$ ) e entre as crianças vítimas de negligência uma tendência de escores mais baixos no padrão de vinculação seguro ( $t=2,00$ ;  $p=0,05$ ). As crianças que sofreram violência sexual podem precisar de mais tempo para aprender e confiar no contato e no afeto de outras pessoas por ela. Gribble (2007) sugere que a demonstração de afeto físico, principalmente, precisa ser mais cuidadosa para que a criança possa sentir-se confortável e não rejeite estas expressões de afeto.

Na análise entre vinculação afetiva e as questões relacionadas à escolarização também foram encontradas algumas relações estatisticamente significativas.

Verificou-se que as crianças com dificuldades escolares ( $t= 2,78$ ;  $p=0,01$ ), que mudaram de escola após a adoção ( $t=4,45$ ;  $p<0,01$ ) e apresentam dificuldades para relacionar-se com os colegas ( $t=-3,40$ ;  $p<0,01$ ) apresentam menor escore de vinculação segura. Por outro lado, os filhos com maior escore de vínculo seguro apresentam melhor desempenho escolar ( $F=4,77$ ;  $p<0,01$ ). A relação entre mudança de escola e vinculação afetiva é bastante significativa. Este dado reforça a hipótese de que crianças que enfrentam esta mudança a mais enfrentam maior ansiedade e isto pode influenciar a vinculação afetiva com os pais (Dance & Rushton, 2005).

É importante destacar também a relação entre dificuldades escolares, desempenho acadêmico e vínculo seguro. As crianças com maiores dificuldades de vinculação são aquelas que apresentam mais problemas escolares. É preciso considerar que na maior parte dos casos em que há dificuldade de vinculação na adoção tardia, a dificuldade é mútua entre os pais e a criança (Rushton *et al.*, 2003). Pode-se sugerir, então, que há características da interação entre pais e filhos que dificultam o

relacionamento familiar e a vinculação afetiva o que, consequentemente, leva a um o desempenho escolar mais baixo da criança. Foi encontrado um escore maior de vinculação ambivalente entre os filhos que passaram por constrangimento ou discriminação na escola ( $t=-3,87$ ;  $p<0,01$ ) ou receberam um tratamento diferenciado pelo fato de ter sido adotado ( $t=-3,48$ ;  $p<0,01$ ). Crianças com padrão ambivalente tendem a temer a rejeição pelos outros. Neste sentido, é provável que passar por experiências de constrangimento ou discriminação no ambiente escolar possa contribuir para manter este padrão de vinculação interpessoal.

A subescala de comportamentos problemáticos foi analisada por meio do escore total e de suas três subdimensões: comportamentos externalizados (agressividade física e/ou verbal), internalizados (isolamento e ansiedade) e hiperatividade. Entre os motivos de abrigo declarados pelos pais e a sua relação com problemas de comportamento foram observados os seguintes dados: maior escore de comportamentos internalizados entre filhos que sofreram violência doméstica ( $t=2,65$ ;  $p=0,01$ ); uma tendência de maior quantidade de comportamentos internalizados entre filhos que foram vítimas de negligência ( $t=-1,79$ ;  $p=0,07$ ) e uma tendência a maior quantidade de comportamentos externalizados em crianças que foram vítimas de abuso físico ( $t=-1,83$ ;  $p=0,07$ ). Os dados encontrados são coerentes com os resultados de outras pesquisas que investigaram a relação entre problemas de comportamento e vivência de situações de negligência e abuso físico, especificamente (Hildyard & Wolfe, 2002; Goldman & Ryan, 2011).

Ao analisar a relação entre problemas de comportamento e dificuldades na vinculação afetiva, constatou-se que os pais que tiveram maiores desafios para estabelecer ligação afetiva com o filho relatam também maior índice de comportamentos de hiperatividade em seus filhos ( $t=-2,32$ ;  $p=0,02$ ). De acordo com Rushton *et al.* (2003) e Judge (2004), há uma relação entre maiores dificuldades para a construção de vínculos afetivos e a incidência de problemas de comportamento, como a hiperatividade, por exemplo. Rushton *et al.* (2003) discute que é possível que a criança sinta dificuldade em expressar sentimentos pelos pais e que estes achem mais desafiador interagir com ela de forma responsiva e constante diante de problemas de comportamento mais acentuados. Verificou-se que crianças com dificuldades escolares apresentam maior escore de hiperatividade ( $t=-2,73$ ;  $p<0,01$ ) e de problemas de comportamento totais ( $t=2,49$ ;  $p=0,01$ ).

As famílias que já perceberam que seu filho foi tratado de forma diferente na escola por ser filho adotivo, também relatam uma frequência maior de comportamentos internalizados em seus filhos ( $t=-2,09$ ;  $p=0,04$ ). Uma hipótese para este dado é a possibilidade de esta forma de discriminação evocar sentimentos de tristeza e isolamento na criança. As famílias que relataram constrangimento ou discriminação pelo fato do filho ser adotado apresentaram escores significativamente maiores de comportamento internalizado ( $t=-3,67$ ;  $p=0,00$ ) e externalizado ( $t=-2,35$ ;  $p=0,02$ ). Também foi verificada uma relação entre passar por constrangimentos ou discriminações e o total de problemas de comportamentos categorizado em baixo, médio e elevado escore ( $\chi^2=10,00$ ;  $gl=3$ ;  $p<0,01$ ). Entre os que não passaram por experiências de discriminação, a maioria dos filhos está classificada na categoria de baixo escore de problemas de comportamento (52%). Por outro lado, os filhos que vivenciaram situações discriminatórias estão agrupados, na maior parte na categoria de médio (50%) ou elevado escore (44%).

Crianças que foram descritas pelos pais como tendo maiores dificuldades para se relacionar com colegas de classe apresentam uma quantidade mais elevada de comportamentos internalizados ( $t=2,32$ ;  $p=0,02$ ), hiperatividade ( $t=2,41$ ;  $p=0,02$ ) e uma tendência a frequência maior de comportamentos externalizados ( $t=2,65$ ;  $p=0,07$ ). Verificou-se que entre os meninos há uma tendência a frequência maior de comportamentos de hiperatividade ( $t=-1,871$ ;  $p=0,06$ ). Não foram encontradas relações estatisticamente significativas em relação aos problemas de comportamentos e suas subdimensões em relação à idade da criança quando foi adotada, sua idade atual, e a existência de tentativas anteriores de adoção.

A competência parental foi analisada em seu escore total, categorizada em baixa, média e alta e em suas três subdimensões: satisfação, eficácia e interesse com as funções parentais. Não foi encontrada relação entre o relato de competência parental e a idade dos pais ( $r=-0,01$ ;  $p>0,05$ ), a religião ( $t=5,47$ ;  $gl=6$ ;  $p>0,05$ ), o sexo do filho adotado ( $t=0,08$ ;  $p>0,05$ ), a adoção de irmãos ( $t=0,71$ ;  $p>0,05$ ), a idade do filho quando foi adotado ( $r=0,05$ ;  $p>0,05$ ), ter ou não filhos biológicos ( $t=-0,61$ ;  $p>0,05$ ) e a quantidade de filhos adotados ( $F=0,34$ ;  $p>0,05$ ).

Pais com relato de dificuldades no relacionamento afetivo com os filhos apresentam menores escores de eficácia ( $t=2,49$ ;  $p=0,01$ ), interesse ( $t=2,15$ ;  $p=0,03$ ) e competência parental geral ( $t=3,02$ ;  $p<0,01$ ). Este resultado mostra-se coerente com dados discutidos na literatura. Para Clark *et al.* (2006), a percepção pelo pai da sua própria competência parental encontra-se associada com o sucesso na vinculação afetiva e na integração do filho na família adotiva. De forma inversa, os pais que relatam menor competência parental seriam aqueles que também teriam maiores dificuldades no relacionamento afetivo. Para Palacios *et al.* (2009), enfrentar problemas no convívio familiar para os quais os pais adotivos não foram preparados pode fazer com que eles desenvolvam uma percepção mais baixa da própria competência parental. Estes dados, em conjunto, reforçam a importância dos cursos de preparação à adoção no desenvolvimento de competências que façam os adotantes sentirem-se competentes no exercício das funções parentais.

Foram analisadas as dificuldades de vinculação afetiva e a competência parental categorizada em baixa, média e elevada ( $\chi^2=9,35$ ;  $gl=2$ ;  $p=0,01$ ). Os pais que relataram dificuldades no relacionamento afetivo com o filho estão categorizados, em sua maioria, na categoria baixo escore de competência parental (59%), enquanto os participantes que não declararam este tipo de dificuldade agrupam-se na sua maior parcela, na categoria de competência parental elevada (52%). Pais de crianças com dificuldades escolares apresentam menor satisfação com as funções parentais ( $t=-2,39$ ;  $p=0,02$ ). Estes dados sugerem que para muitos pais, o desempenho escolar do filho pode ser compreendido como um reflexo de suas competências parentais, e que um baixo desempenho acadêmico pode influenciar a percepção que eles têm de sua própria eficácia e satisfação com a parentalidade.

Os dados apontam diversas relações entre vinculação afetiva, competência parental e problemas de comportamento, que podem ser vistas na Tabela 1.

**TABELA 1**

CORRELAÇÃO ENTRE ESCORES EM CADA ESTILO DE VINCULAÇÃO, PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO (ESCORE TOTAL) E COMPETÊNCIA PARENTAL (ESCORE TOTAL)

|                | SEGURO | AMBIVALENTE | EVITANTE | PROB. COMP. | COMP.PARENTAL |
|----------------|--------|-------------|----------|-------------|---------------|
| Seguro         | 1      |             |          |             |               |
| Ambivalente    | -,32*  | 1           |          |             |               |
| Evitante       | -,41** | ,25         | 1        |             |               |
| Prob. Comp.    | -,59** | ,53**       | ,26      | 1           |               |
| Comp. parental | ,48**  | -,36**      | -,39**   | -,35*       | 1             |

\* Relação significativa:  $p<0,05$

\*\* Relação significativa:  $p<0,01$

Os dados da Tabela 20 indicam que o escore do padrão de vinculação seguro apresenta uma correlação negativa alta com os problemas de comportamento totais e uma correlação positiva média com o relato de competência parental. Estes dados indicam que quanto maior for o escore de

vinculação seguro, ou seja, quanto maior confiança e conforto a criança apresentar na interação com os outros, menor é a incidência de problemas de comportamento e maior é a competência parental vivenciada pelos pais.

O padrão de vinculação ambivalente, por outro lado, correlaciona-se positivamente com os problemas de comportamento e negativamente com a competência parental. Isto significa que crianças com o padrão ambivalente, caracterizado pelo medo de abandono e rejeição de outras pessoas, apresentam maior quantidade de problemas de comportamento e seus pais relatam menor competência parental. O padrão de vinculação evitante, por sua vez, caracterizado pela dificuldade em confiar nos outros e pela distância afetiva, não apresenta correlação com os problemas de comportamento, porém os seus pais relatam menor competência parental.

A Tabela 2 apresenta informações sobre a correlação entre os padrões de vinculação afetiva e as subdimensões da Subescala de Problemas de Comportamento e do Inventário de Senso de Competência Parental.

**TABELA 2**

CORRELAÇÕES ENTRE ESCORES EM CADA ESTILO DE VINCULAÇÃO E SUBDIMENSÕES DOS INSTRUMENTOS DE COMPETÊNCIA PARENTAL E PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO

|                | SEGURO | AMBIVALENTE | EVITANTE |
|----------------|--------|-------------|----------|
| Seguro         | 1      |             |          |
| Ambivalente    | -,32*  | 1           |          |
| Evitante       | -,41** | ,21         | 1        |
| Satisfação     | ,52**  | -,24        | -,39**   |
| Eficácia       | ,30*   | -,42**      | -,33**   |
| Interesse      | ,00    | -,01        | ,10      |
| Externalizados | -,50** | ,40**       | ,20      |
| Internalizados | -,42** | ,64**       | ,29*     |
| Hiperatividade | -,43** | ,24         | ,14      |

\* Relação significativa:  $p < 0,05$  \*\* Relação significativa:  $p < 0,01$

Os dados da Tabela 2 mostram que o padrão seguro, apresenta uma correlação positiva com a satisfação e a eficácia parental e uma correlação negativa com os escores de comportamentos externalizados, internalizados e de hiperatividade. Estes dados mostram que os pais de crianças com padrão seguro relatam maior autoeficácia e satisfação com suas funções parentais e que seus filhos apresentam menor incidência de problemas de comportamento externalizados, internalizados e de hiperatividade. Destaca-se que as correlações encontradas entre estilo seguro, satisfação parental e comportamentos externalizados podem ser consideradas altas. Por outro lado, o padrão ambivalente encontra-se correlacionado negativamente com os escores de satisfação e eficácia e positivamente com os escores de comportamentos externalizados e internalizados. Estes dados apontam que as crianças que apresentam maior escore ambivalente e, portanto, classificam-se neste subgrupo, apresentam maior frequência de agressividade e ansiedade, características principais das categorias de comportamentos externalizados e internalizados, respectivamente. Destaca-se que a correlação entre estilo ambivalente e comportamentos internalizados foi particularmente alta. Os pais destas crianças também menor satisfação e autoeficácia no cotidiano de suas funções parentais. O padrão

evitante também se correlaciona negativamente com a satisfação e a eficácia parental e apresenta uma correlação negativa, mas baixa com os comportamentos internalizados. Isto significa que crianças com padrão evitante têm probabilidade maior de apresentar comportamentos de isolamento e ansiedade e seus pais relatam menor satisfação e autoeficácia parental.

Os resultados encontrados nesta pesquisa convergem com os dados encontrados por outras pesquisas. Verificou-se uma relação entre maiores dificuldades no relacionamento afetivo e problemas de comportamento (Rushton *et al.*, 2003; Judge, 2004), assim como também verificou-se a relação entre uma menor satisfação dos pais com as funções parentais e a incidência de maiores problemas de comportamento pela criança (Pinderhughes, 1998; Ohan *et al.*, 2000; Groza & Ryan, 2002; Rushton *et al.*, 2003).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados encontrados nesta pesquisa são bastante positivos em relação à adoção tardia. Eles indicam que a maior parte dos pais apresenta flexibilidade em relação às características da criança adotada, não encontrou dificuldade para vincular-se afetivamente, relata o padrão de vinculação seguro no filho e avalia positivamente o seu desempenho escolar.

Verificou-se que existe relação entre vinculação afetiva, ocorrência de problemas de comportamento e a percepção que os participantes têm de suas competências parentais. A respeito da questão escolar, foram identificadas algumas variáveis que encontram relação com a qualidade da vinculação afetiva e a incidência de problemas de comportamento como, o desempenho escolar, a mudança de escola, as experiências de discriminação ou de tratamento diferenciado no ambiente escolar.

A pesquisa permitiu investigar algumas atitudes que os pais gostariam que professores e educadores adotassem. É possível que estes conselhos encontram-se associados com aspectos da escola que os pais não estejam satisfeitos. Entre as orientações citadas estão, a importância de os professores tratarem a criança adotada com igualdade, maior informação dos educadores sobre adoção, apresentação do tema em sala de aula, assim como, a valorização da diversidade familiar. Os conselhos citados indicam que as famílias adotivas querem ser percebidas como iguais às outras e que para isso acontecer é necessário que a escola conheça e informe sobre adoção. Os filhos adotivos representam um dos grupos de alunos com os quais os educadores têm contato, portanto, é fundamental que estejam conscientes e preparados para lidar com as características destes estudantes.

De forma geral, os dados desta pesquisa e os relatos encontrados na literatura apontam para o impacto positivo que adoção implica para a vida da criança que foi adotada com mais idade. A adoção não significa, necessariamente, um recomeço que anula completamente o passado da criança, contudo, permite, um direcionamento completamente novo na vida da criança que foi acolhida por uma família adotiva.

Nas palavras de Andrei (1999, p. 132): Calma, paciência e firmeza são as qualidades necessárias para prosseguir nesse que é um verdadeiro resgate: aos poucos, a criança percebe que o amor é uma dádiva e não uma ameaça. Então, ela se permite voltar a ter fantasias, sonhos e esperanças. A tempestade aconteceu, os danos foram reais, mas no porto seguro, é possível fazer os reparos necessários juntos, pais e filhos, e seguir juntos na viagem que é a vida”.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, M.R. & Resende, V.R. (2006). Adoção inter-racial: uma prática e construção. *Mimesis*, 27 (1), 95-108.
- Amim, I.D. & MenandroO, P.R.M. (2007). Preferências por características do futuro filho adotivo manifestadas por pretendentes à adoção. *Interação em Psicologia*, 11 (2), 241-252.

- Andrei, D.C. (1999). *Reencontro com a esperança: reflexões sobre a adoção e a família*. Londrina: M&C.
- Bandeira, M., Del Prette, Z.A.P., Del Prette, A. & Magalhães, T. (2009). Validação das escalas de habilidades sociais, comportamentos problemáticos e competência acadêmica para o ensino fundamental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25 (2), 271-282.
- Barone & L. & Lionetti, F. (2011). Attachment and emotional understanding: a study on late-adopted pre-schoolers and their parents. *Child: Care, Health and Development*, 38 (5), 690-6.
- Barros, R.C. & Fiamenghi Jr, G.A. (2007). Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12 (5), 1267-1276.
- Bartel, T.M.C. (2006). Factors associated with attachment in international adoption. *Dissertation Abstracts International - Section A: Humanities and Social Sciences*, 66 (12), 4291.
- Berthoud, C.M.E. (1997). *Filhos do coração*. Taubaté, Cabral Ed. Universitária, 1997.
- Bittencourt, S. (2010). *A nova lei de adoção: do abandono à garantia do direito à convivência familiar e comunitária*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Brasil. Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 26/1/2012.
- Brind, K. (2008). An exploration of adopters' views regarding children's ages at the time of placement. *Child & Family Social Work*, 13 (3), 319-328.
- Camargo, M.L. (2005<sup>a</sup>). *Adoção tardia: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção*. 268f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis.
- Camargo, M.L. (2005<sup>b</sup>). *Adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes*. In: I Simpósio Internacional do Adolescente - Adolescência hoje: desafios, práticas e políticas (Anais). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- Carvalho, M.A.D. (2007). *Vinculação, temperamento e processamento da informação: implicações nas perturbações emocionais e comportamentais no início da adolescência*. 285f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Cavalcante, L.I.C., Magalhães, C.M.C. & Pontes, F.A.R. (2007). Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 8 (2), 329-352.
- Coimbra, J.C. (2005). A demanda nos processos de habilitação para a adoção e a função dos dispositivos judiciais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 5 (2), 67-78.
- Dance, C. & RUSHTON, A. (2005). Joining a new family: the views and experiences of young people placed with permanent families during middle childhood. *Adoption & Fostering*, 29 (1), 18-28.
- Dias, C.M.S.B.D., Silva, R.V.B. & Fonseca, C.M.S.M.S. (2008). A adoção de crianças maiores na perspectiva dos pais adotivos. *Contextos Clínicos*, 1 (1), 28-35.
- Ebrahim, S.G. (2001<sup>a</sup>). Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, (1), 14, 73-80.
- Ebrahim, S.G. (2001<sup>b</sup>). Adoção tardia: uma visão comparativa. *Revista Estudos de Psicologia*, (2), 18, 29-40.
- Gibaud- Wallston, J. & Wanderson, L.P. (1978). Development and utility of the parenting sense of competence scale. *American Psychological Association*, Toronto.
- Goldman, G.D. & Ryan, S.D. (2011). Direct and modifying influences of selected risk factors on children's pre-adoption functioning and post-adoption adjustment. *Children and Youth Services Review*, 33, 291-300.
- Gresham, F. & ELLIOT, S. (1999). *Social skills rating system: Manual*. USA: American Guidance Service.
- Gribble, K.D. (2007). A model for caregiving of adopted children after institutionalization. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 20 (1), 14-26, 2007.
- Groza, V. & Rosemberg, K.F. (1998). *Clinical and practice issues in adoption: bridging the gap between adoptees placed as infants and as older children*. Greenwood: Westport, 1998.

- Groza, V., Ryan, S.D. & CASH, S.J. (2003). Institutionalization, behavior and international adoption: predictors of behavior problems. *Journal of Immigrant Health*, 5 (1), 5-17.
- Hildyard, K.L. & Wolfe, D.A. (2002). Child neglect: developmental issues and outcomes. *Child Abuse & Neglect*, 26, 679-695.
- Judge, S. (2004). Adoptive families: the effects of early relational deprivation in children adopted from eastern european orphanages. *Journal of Family Nursing*, 10 (3), 338-356.
- Levy, L. & Pinho, P.G.R. (2004). Adoção em dois tempos. *Cadernos de Psicologia (VIJRJ)*, 1, p.45-52.
- Mariano, F.N. & Rosseti-Ferreira, M.C. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, (1), 21, 11-19.
- Mello, A.C.C., Micheletti, M.F. & LEITE, L.A.V.M. (2005). Adoções, esperas, desejos, realidades... o que dizem os números - levantamento para pesquisa. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 25 (1-5), 49-57, 2005.
- Miller, L.C. (2005). Immediate behavioral and developmental considerations for internationally adopted children transitioning to families. *Pediatric Clinics of North America*, 52, 1311-1330.
- Nascimento, M.L., Lacaz, A.S. & Alvarenga Filho, J.R. (2010). Entre efeitos e produções: ECA, abrigos e subjetividades. *Barbarói*, 3, 50-64.
- Nascimento, M.L.N., Lacaz, A.S. & Travassos, M. (2010). Descompassos entre a lei e o cotidiano nos abrigos: percursos do ECA. *Aletheia*, 31, 16-25.
- Niemann, S. (2010). Attachment behavior in children adopted internationally. *Dissertation Abstracts International - Section B: The Sciences and Engineering*, 925.
- Ohan, J.L., Leung, D.W. & Johnston, C. (2000). The parenting sense of competence scale: evidence of a stable factor structure and validity. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 32 (4), 251-261.
- Oliveira, R.M., Weber, L.N.D., Lima, G.F. & Pereira, C.L. (2009). Investigação da qualidade de vida de crianças e adolescentes que moram em um abrigo na cidade de Curitiba. In: XVIII Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental (Anais), Campinas, p.283-284.
- Palacios, J., Roman, M., Moreno, C. & Leon, E. (2009). Family context for emotional recovery in internationally adopted children. *International Social Work*, 52 (5), 609-620.
- Pinderhughes, E.E. (1998). Short term placement outcomes for children adopted after age five. *Children and Youth Services Review*, 20 (3), 223-249.
- Prada, C.G. & Weber, L.N.D. (2006). O abrigo: análise de relatos de crianças vítimas de violência doméstica que vivem em instituições. *Revista de Psicologia da UNESP*, 5 (1), 1-12.
- Prada, C.G., Williams, L.C.A. & Weber, L.N.D. (2007). Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. *Psicologia: Teoria e Prática*, 9 (2), 14-25.
- Rijk, C. (2008). Coping with the effects of deprivation: development and up-bringing of romanian adoptees in the Netherlands. Enschede: Print Partners Ipskamp.
- Rizzini, I. & Rizzini, I. (2004). A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Roberson, K.C. (2006). Attachment and caregiving behavioral systems in intercountry adoption: A literature review. *Children and Youth Services Review*, 28, 727-740.
- Rosa, E.M., Santos, A.P., Melo, C.R.S. & Souza, M.R. (2010). Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. *Estudos de Psicologia*, 15, (3), 233-241.
- Rushton, A., Mayes, D., Dance, C. & Quinton, D. (2003). Parenting late-placed children: the development of new relationships and the challenge of behavioural problems. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 8 (3), 389-400.
- Sasson, M.D.H. & Suzuki, V.K. (2011). Adoção de crianças maiores: percepções de profissionais do serviço de auxílio à infância. *Revista de Psicologia da UNESP*, 10 (1), , 136-150.

- Schettini, S.M.M. (2007)). Filhos por adoção: um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Sequeira, V.C. (2009). Resiliência e abrigos. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 29 (1-9), 65-80.
- Silva, E.R.A. (2004). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília : IPEA/CONANDA.
- Silva, J.A. (2009). Adoção de crianças maiores: percepções e vivências dos adotados. 114f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- Van Ijzendoorn, M.H.& Juffer, F. (2005). Adoption is a successful natural intervention enhancing adopted children's IQ and school performance. *Current Directions in Psychological Science*, 14 (6), 326-330.
- Vargas, M.M. (1998). Adoção tardia: da família sonhada à família possível. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ver'issimo, M. & Salvaterra, F. (2006). O modelo interno dinâmico da mãe e o comportamento de base segura dos seus filhos num grupo de crianças adoptadas. *Psicologia (Lisboa)*, 20 (1), 37-50.
- Vieira, J.M. (2003). Adoção em matizes: os filhos que queremos são os que podemos ter? *Revista da UFG*, 5 (2), 42-45.
- Vieira, J.M. Os filhos que escolhemos: discursos e práticas da adoção em camadas médias. 192f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- Weber, L.N.D & Pereira, C.L. (2010). Pretendentes à adoção: características, perfil e bem-estar psicológico. In: XL Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, Resumos de Comunicação Científica. Curitiba: SBP.
- Weber, L.N.D. (2005). Abandono, institucionalização e adoção no Brasil: problemas e soluções. *O Social em Questão*, 14, 53-70.
- Weber, L.N.D. (2011). Adote com carinho: um manual sobre aspectos essenciais da adoção. Curitiba: Juruá.
- Weber, L.N.D. (1999<sup>a</sup>). Aspectos psicológicos da adoção. Curitiba: Juruá.
- Weber, L.N.D. (1995). Da institucionalização à adoção: um caminho possível. *Igualdade Curitiba*, 9 (3), 1-10.
- Weber, L.N.D. (1998b). Filhos adotivos e rendimento escolar: mitos e verdades. *Actas do IV Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*, Braga - Portugal.
- Weber, L.N.D. (1999b). Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção. Curitiba: Juruá.
- Weber, L.N.D. (2001). Pais e filhos por adoção no Brasil: características, expectativas e sentimentos. Curitiba: Juruá.
- Weber, L.N.D. & Kossobudzki, L.H.M. (1996). Filhos da solidão: institucionalização, abandono e adoção. Curitiba: Governo do Paraná.
- Weber, L.N.D. & Pereira, C.L.(2009). Resiliência, estresse parental e satisfação: uma comparação entre pais adotivos e biológicos In: 17º Evento de Iniciação Científica (Anais). Curitiba: UFPR.